

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	17
Apresentação, justificação e delimitação do tema	17
Sequência de análise	20
1. A PROVA.....	23
1.1 Polisssemia do termo prova.....	23
1.2 A prova como resultado	28
1.2.1 Sistemas de avaliação de prova: a prova legal, a prova livre e o livre convencimento motivado	28
1.2.2 O resultado da prova como convicção do jul- gador	38
1.3 Standards de prova	43
1.3.1 Espécies de standards probatórios.....	46
1.3.2 A prova acima da dúvida razoável.....	51
1.3.3 A medida de prova no processo penal português	60
1.3.4 A medida de prova no processo penal brasileiro	64
1.4 Conclusões do capítulo	70

2. ÔNUS DA PROVA E PROCESSO PENAL	73
2.1 Esclarecimentos Preliminares.....	73
2.2 O ônus da prova no sistema continental.....	75
2.3 O ônus da prova no sistema common law	79
2.4 O estado da discussão em Portugal.....	94
2.5 O estado da discussão no Brasil.....	100
2.6 Considerações sobre o estado da discussão do ônus da prova em Portugal e no Brasil.....	110
2.6.1 O ônus da prova e a imparcialidade do Ministério Público	111
2.6.2 Espécies de ônus da prova: a utilização das categorias do sistema common law para compreensão do sistema de ônus probatório nos sistemas de tradição civil law	120
2.6.3 O ônus tático da prova e os sistemas português e brasileiro	124
2.6.4 O ônus da prova e as causas excludentes.....	130
2.7 Conclusões do capítulo	139
3. O FUNCIONAMENTO DAS EXCEÇÕES A PARTIR DA TEORIA DERROTABILIDADE	141
3.1 Introduzindo a teoria da derrotabilidade.....	142
3.2 Críticas à derrotabilidade de Hart	148
3.3 A concepção probatória das exceções.....	153
3.4 Aproximação da concepção probatória das exceções à dogmática processual penal continental	165
3.4.1 A concepção probatória das exceções e as causas excludentes como exceções penais	168
3.4.2 A prova da exceção no processo penal.....	181
3.5 Conclusões do capítulo	193

4. REFLEXOS DA TEORIA PROBATÓRIA DAS EXCEÇÕES NO ÔNUS DA PROVA DO PROCESSO PENAL	195
4.1 Considerações preliminares	195
4.2 A divisão do ônus da prova e a concepção probatória das exceções: a posição de Duarte d'Almeida.	196
4.3 Aproximação ao processo penal português e brasileiro	205
4.4 Conclusões do capítulo	222
CONCLUSÃO	225
BIBLIOGRAFIA	237